

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC AUGUSTO CÉSAR SANTOS CONCEIÇÃO

**O APARELHAMENTO, REAPARALHAMENTO E A MANUTENÇÃO DOS MEIOS
NAVAIS: A importância do investimento no Poder Naval para o
desenvolvimento do país**

Rio de Janeiro

2024

CC AUGUSTO CÉSAR SANTOS CONCEIÇÃO

**O APARELHAMENTO, REAPARALHAMENTO E A MANUTENÇÃO DOS MEIOS
NAVAIS: A importância do investimento no Poder Naval para o
desenvolvimento do país**

Dissertação apresentada à Escola de
Guerra Naval, como requisito parcial para
conclusão do Curso de Estado-Maior para
Oficiais Superiores.

Orientador: CF BRASIL

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval

2024

DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR

Declaro que este trabalho acadêmico: a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN); b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros; c) é inédito, isto é, não foi ainda objeto de publicação; e d) é de minha integral e exclusiva autoria.

Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte, e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar. Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos e ideias expressas neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pelo dom da vida, pela minha família e por sempre se fazer presente ao longo da minha existência, principalmente, desde o instante da aprovação neste seleto concurso; não só dando-me força nos momentos em que mais precisei, inteligência e sabedoria para lidar com as dificuldades diuturnas, mas também plenos momentos de felicidade e realizações pessoais, como a que sinto ao completar esta dissertação.

Agradeço aos meus amados pais, Marilene e Florisvaldo (*in memoriam*), por todo amor e carinho com que sempre me presentearam e pelos ensinamentos transmitidos. Vocês forjaram o homem que sou hoje. Todas as minhas conquistas profissionais e pessoais só foram possíveis porque sempre estiveram ao meu lado, encorajando-me a vencer quaisquer obstáculos.

Um agradecimento, também, à minha querida esposa Lívia Martins, a quem tanto admiro, me inspiro e peço desculpas pelos momentos de ausência ao longo do curso. Obrigado por, desde o início, me fazer acreditar que seria capaz quando nem eu mesmo acreditava. Você é uma bênção na minha vida. Te amo para sempre!

Um agradecimento à minha irmã, Tânia Cristina, e ao meu cunhado-irmão Vitor Eduardo que, nesta reta final, apesar das difíceis circunstâncias familiares, me proporcionaram o ambiente necessário para que eu pudesse desenvolver esta pesquisa da melhor forma possível. Obrigado pela torcida de sempre!

Ao meu irmão CC(FN) Roberto Farias, agradeço o apoio, ombro amigo e orientações no desenvolvimento desta dissertação em um dos momentos mais pesados da minha vida. Sem a sua ajuda, seria pouco provável lograr êxito nesta fase. Ser-lhe-ei eternamente grato.

Ao CF(RM1) Nagashima, muito obrigado pela amizade, ensinamentos, orientações e disponibilidade para elaboração desta pesquisa. Tenha certeza que o senhor fez toda diferença para que o sucesso fosse alcançado.

Agradeço aos CMG Selles e CMG(RM1) Jobim, pelas instruções corretas e precisas para desenvolver este trabalho que, sem dúvida, me fizeram alcançar o resultado necessário.

Ao meu orientador, CF Brasil, pela amizade e orientações ao longo deste período.

Aos meus amigos CC Reis Silva, CC Leandro Santos, CC Thiago Henriques e CC(IM) Amaral, agradeço pelo ambiente de camaradagem que tivemos ao longo deste ano. O estreitamento dos nossos laços de amizade fez com que não só nos ajudássemos nas dificuldades profissionais e pessoais, mas também fizéssemos o curso de uma forma mais suave. É um privilégio ter amigos do quilate de vocês. A amizade é tudo!

Agradeço aos meus amigos da turma CEMOS-2024, pelo convívio fraterno e cortês, e, ainda, pelo carinho e amizade que sempre me dispensaram.

Agradeço, finalmente, a todos os instrutores, militares e funcionários civis da Escola de Guerra Naval, pelos ensinamentos transmitidos e apoio prestado ao longo deste ano de estudos.

Obrigado a todos pela ajuda e atenção que sempre me dedicaram.

“Quem tem o mar, tem o comércio do mundo, tem a riqueza do mundo; e quem tem a riqueza do mundo, tem o próprio mundo.”

(Sir. Walter Raleigh)

RESUMO

Este trabalho investiga a importância do investimento contínuo no Poder Naval do Brasil, explorando sua relevância para a defesa e desenvolvimento nacional, especialmente no contexto do Atlântico Sul. Com base nas teorias de estratégia naval de Alfred Mahan e Julian Corbett, e na Estratégia de Defesa Marítima da Marinha do Brasil, a dissertação discute a necessidade do aparelhamento, reaparelhamento e manutenção dos meios navais como elementos essenciais para garantir a soberania e segurança nas águas jurisdicionais brasileiras. Além disso, o estudo destaca o impacto da modernização da Marinha do Brasil para a projeção do poder do país no cenário internacional, contribuindo para a proteção das rotas marítimas e dos recursos estratégicos, bem como para o fortalecimento da mentalidade marítima na sociedade. A pesquisa conclui que o fortalecimento da Marinha é fundamental para a integração das políticas externa e de defesa do Brasil, assegurando a presença e a influência do país em um ambiente geopolítico cada vez mais competitivo.

Palavras-chave: Poder Naval. Estratégia Marítima. Defesa Nacional. Investimento. Desenvolvimento.

ABSTRACT

THE EQUIPPING, RE-EQUIPPING, AND MAINTENANCE OF NAVAL ASSETS: The importance of investment in Naval Power for the country's development.

This dissertation investigates the importance of continuous investment in Brazil's Naval Power, emphasizing its relevance to national defense and development, particularly in the South Atlantic context. Drawing on the naval strategy theories of Alfred Mahan and Julian Corbett, and the Maritime Defense Strategy of the Brazilian Navy, the study discusses the need for the equipping, re-equipping, and maintenance of naval assets as essential elements to ensure sovereignty and security in Brazilian territorial waters. Additionally, the research highlights the impact of the modernization of the Brazilian Navy on the country's power projection in the international arena, contributing to the protection of maritime routes and strategic resources, as well as to the strengthening of maritime awareness in society. The study concludes that bolstering the Navy is crucial for integrating Brazil's foreign and defense policies, ensuring the country's presence and influence in an increasingly competitive geopolitical environment.

Keywords: Naval Power. Maritime Strategy. National Defense. Investment. Development.

SUMÁRIO

| | | |
|----------|---|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 9 |
| 2 | AS TEORIAS DA ESTRATÉGIA NAVAL E A ESTRATÉGIA DE DEFESA MARÍTIMA DA MARINHA DO BRASIL..... | 12 |
| 2.1 | A ESTRATÉGIA DE ALFRED THAYER MAHAN | 12 |
| 2.2 | A ESTRATÉGIA DE JULIAN STAFFORD CORBETT | 14 |
| 2.3 | A ESTRATÉGIA DE DEFESA MARÍTIMA DA MARINHA DO BRASIL..... | 15 |
| 2.4 | CONCLUSÃO PARCIAL | 19 |
| 3 | A ESTRATÉGIA MARÍTIMA E SUAS SUBESTRATÉGIAS | 21 |
| 3.1 | ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, CHINA E RÚSSIA - DOMINANDO O MUNDO PELO MAR | 23 |
| 3.2 | CONCLUSÃO PARCIAL | 27 |
| 4 | ESQUADRAS NÃO SE IMPROVISAM | 30 |
| 5 | CONCLUSÃO | 37 |
| | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 40 |

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo aborda o papel do Poder Naval na segurança e desenvolvimento nacional do Brasil, com foco na Estratégia de Defesa Marítima (EDM) implementada pela Marinha do Brasil (MB) para defender a soberania nacional no Atlântico Sul.

Além disso, cabe ressaltar a relevância desta pesquisa não só pelo destaque crescente dos mares e oceanos para o comércio global e para o intercâmbio de recursos naturais, mas também pela importância do investimento de recursos em meios navais como forma de assegurar a defesa e projeção de poder brasileira, especialmente em um cenário internacional de crescente complexidade e riscos.

A motivação para este estudo deriva tanto da necessidade de compreender o papel estratégico da MB na defesa e desenvolvimento do país e sua influência na política externa como também de incrementar a mentalidade marítima e de defesa na sociedade. A Marinha desempenha uma função crítica na proteção das águas jurisdicionais, essencial para manter a integridade territorial e garantir o acesso a recursos naturais.

Além disso, a abordagem de defesa marítima contribuirá para o fortalecimento da posição geopolítica do Brasil no Atlântico Sul e em seu Entorno Estratégico, enfrentando ameaças como crimes transnacionais, disputas territoriais, e desafios ambientais. A relevância da pesquisa reside, portanto, em fornecer uma investigação panorâmica sobre a importância da manutenção e modernização dos meios navais brasileiros.

Dessa forma, considerando as teorias de poder marítimo e os desafios geopolíticos do nosso Entorno Estratégico, este trabalho investigará se o investimento de recursos no Poder Naval - incluindo o reaparelhamento e a manutenção dos meios navais da MB - contribuiria para o fortalecimento da segurança e do desenvolvimento nacional, alinhando a política de defesa com a política externa brasileira e promovendo a presença e influência do país no cenário internacional.

O objeto de estudo é a EDM da MB, especificamente as Tarefas Básicas do Poder Naval (TBPN¹) desempenhadas pela MB. A análise se limitará ao contexto das águas jurisdicionais brasileiras (AJB) e ao entorno estratégico no Atlântico Sul, onde as rotas comerciais e os recursos minerais, como as reservas de petróleo no pré-sal, demandam proteção.

Com base nas teorias clássicas de Estratégia Naval de Alfred T. Mahan e Julian Corbett, e no conceito de EDM da MB, o estudo propõe-se a verificar a validade e a eficácia do fortalecimento do Poder Naval como pilar de segurança e desenvolvimento, contribuindo para uma política de defesa que assegure os interesses estratégicos nacionais.

A pesquisa adotará uma abordagem panorâmica, analítica e comparativa, considerando o papel do Poder Naval em outros países (Estados Unidos da América, China e Rússia) que investiram no fortalecimento de suas frotas navais para garantir segurança e prosperidade.

Assim, para atingir tal objetivo, o trabalho está estruturado em cinco capítulos, conforme descrito a seguir:

Uma Introdução, onde foi apresentado um breve resumo relatando a importância dos mares e oceanos, o posicionamento estratégico do Brasil no Atlântico Sul, as TBPN da MB e o propósito a que se destina esse trabalho.

Um segundo capítulo com aspectos teóricos, em que serão elencadas as teorias de Estratégia Naval segundo Alfred Mahan e Julian Corbett, além da apresentação da EDM da MB.

Um terceiro capítulo, que aprofundará a compreensão sobre a Estratégia Marítima, com foco em algumas das suas partes, bem como a necessidade do concurso de outras estratégias para seu adequado desenvolvimento. Outrossim, ainda que de forma ampla, serão apresentados exemplos de países que investiram em seu potencial marítimo e se tornaram países importantes dentro do panorama mundial.

O quarto capítulo conectará o conteúdo dos capítulos 2 e 3, onde será verificada a necessidade ou não de investimento na aquisição e modernização de

¹ São as atividades de mais alto nível, consideradas como tarefas essenciais realizadas pela MB. São expressas na forma de amplas ações que geram amplos efeitos, os quais são alcançados por meio das Capacidades Estratégicas da Força. São elas: negar o uso do mar, projetar poder, controlar Áreas Marítimas e Águas Interiores, realizar proteção marítima, prover a segurança da navegação aquaviária e contribuir para a segurança e desenvolvimento nacional (Brasil, 2023b).

meios, a fim de construir uma Marinha apta a garantir os seus objetivos estratégicos, bem como o posicionamento do país no cenário mundial e o quinto capítulo apresentará a conclusão deste trabalho.

Dando continuidade ao estudo, no próximo capítulo, serão exploradas as bases teóricas que sustentam a Estratégia de Defesa Marítima, abordando as contribuições de Mahan e Corbett para a compreensão do papel do Poder Naval na projeção de força e segurança dos Estados.

2 AS TEORIAS DA ESTRATÉGIA NAVAL E A ESTRATÉGIA DE DEFESA MARÍTIMA DA MARINHA DO BRASIL

O desenvolvimento do Estado moderno e as grandes descobertas deram uma nova dimensão à política marítima das grandes potências europeias, com a constituição de esquadras de guerra que, progressivamente, tornaram-se permanentes. Esta expansão acarretou o surgimento de um pensamento naval estruturado, quase simultaneamente, em vários países da Europa. Face ao exposto, neste capítulo serão apresentadas as teorias da Estratégia Naval sob a ótica de Mahan e Corbett, além da Estratégia de Defesa Marítima (EDM) da Marinha do Brasil (MB).

2.1 A ESTRATÉGIA DE ALFRED THAYER MAHAN

O teórico militar Alfred Mahan, estadunidense e oficial da Marinha americana, é considerado o pai fundador da Estratégia Naval contemporânea. Ao longo de sua vida e obra, formulou sobre o papel do poder marítimo na construção das potências. Discípulo de Jomini², Mahan proclamou a existência de princípios universalmente válidos: a ofensiva, a concentração, a economia de forças em vista da batalha decisiva.

Graças a ele, pela primeira vez a estratégia naval foi integrada numa estratégia geral que não era mais limitada à condução da guerra, mas também associada à ideia de estratégia em tempo de paz. Por meio do seu conceito central - o poder marítimo (*sea power*) - Mahan tornou-se o ponto de ligação de diversas gerações de marinheiros. Nenhum outro autor naval teve uma influência comparável, que perdura ainda atualmente, ao longo das transformações do século 20, mesmo que ele seja com mais frequência citado do que seriamente estudado.

² Barão Antoine-Henri Jomini foi um general, crítico militar e historiador francês cuja tentativa sistemática de definir os princípios da guerra fez dele um dos fundadores do pensamento militar moderno (Britânica, [s. d.]). Escreveu seu *Traité de Grande Tactique*, mais tarde intitulado *Traité des Grandes Opérations Militaires* (5 vol., 1805; *Tratado sobre Grandes Operações Militares*, 1865).

Sua teoria tinha como objetivos centrais demonstrar a importância que o mar tinha para o desenvolvimento das nações, compreender os princípios que governavam a guerra do mar desde a antiguidade e despertar na classe política dos EUA a centralidade das políticas navais para o seu desenvolvimento. E para atingir tais objetivos, utilizou-se das seguintes ferramentas: o estudo da História, a introspecção como início da sistematização teórica, analogias entre a guerra terrestre e naval e tomou como exemplo a Grã-Bretanha (Mahan, 2010).

Durante a elaboração da sua teoria, Mahan (2010) elencou três elementos que estruturaram a ascensão do Império Britânico:

- uma forte economia produtiva: ele acreditava na capacidade de produzir bens para troca para o desenvolvimento do país (Mahan, 2010);
- o *shipping*: por meio do recurso que os navios mercantes proporcionariam ao realizarem o transporte de bens (Mahan, 2010); e
- a existência de colônias: necessárias para pontos de troca de produtos, além de servir como apoio e bases para os navios (Mahan, 2010).

Outro aspecto por ele destacado foi que o desenvolvimento do Poder Marítimo³ de um Estado pode ser afetado por seis fatores: posição geográfica, conformação física, extensão territorial, tamanho da população, caráter da população e o caráter do governo (Mahan, 2010).

Mediante o exposto, ele demonstrou a importância do Poder Marítimo ao considerar a grandeza nacional sendo fundamentada pela expansão política, econômica e cultural, e que, para isso, o governo deveria ter acesso ao acúmulo de riquezas, somente obtida por meio de um comércio exterior intenso e crescente, dependente de uma grande marinha mercante protegida por um forte Poder Naval⁴ (Tosta, 1996).

³ **Poder Marítimo:** É a capacidade resultante da integração de todos os meios que dispõe a Nação para utilização ampla do mar e demais aquavias, quer como instrumento de ação política e militar, quer como fator de desenvolvimento econômico e social, visando alcançar e manter os objetivos nacionais (Brasil, 2023).

⁴ **Poder Naval:** É um dos componentes da expressão militar do Poder Nacional e integrante do Poder Marítimo, capaz de atuar no mar, nas águas interiores e em certas áreas terrestres limitadas de interesse para as operações navais, incluindo o espaço aéreo sobrejacente, visando contribuir para a conquista e a manutenção dos Objetivos Militares e Setoriais de Defesa, decorrentes dos Objetivos Nacionais de Defesa, identificados na Política Nacional de Defesa (PND), conforme as diretrizes estabelecidas pela Estratégia Nacional de Defesa (END). O Poder Naval compreende os meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais; as infraestruturas de apoio; e as estruturas de comando e controle, de logística e administrativa (Brasil, 2023b) (Brasil, 2019).

2.2 A ESTRATÉGIA DE JULIAN STAFFORD CORBETT

O inglês Julian Stafford Corbett é quase tão conhecido como Mahan, e ao contrário de outros pensadores da Estratégia Naval, era civil, advogado e começou a estudar e escrever sobre a história da Marinha britânica, fato que o levou a proferir palestras no *Royal Naval War College* (Braga, 2020). Assim como Mahan, seu trabalho foi desenvolvido no final do século 19, influenciado principalmente por Carl Von Clausewitz⁵ (1780-1831) (Wedin, 2016).

Em sua obra mais conhecida, “Princípios da Estratégia Marítima” (*Some Principles of Maritime Strategy*), lançada em 1911, ele explica que a batalha não é um fim em si mesma, que as batalhas decisivas foram muito raras na história, sendo o domínio do mar nada além do que o controle das linhas de comunicações marítimas, sendo esta a importância da sua proteção. Para Corbett, o domínio do mar era extremamente difícil de ser obtido e mantido em sua plenitude. A explicação para tal afirmação era devido ao fato de ser possível a uma força inferior concentrar-se em determinado local pouco guarnecido e romper, assim, a supremacia de uma força superior no dado local (Corbett, 2004).

Paralelamente, frisava que o domínio do mar, apesar de constituir o objetivo ideal, era custoso e raramente mantido em termos de área e tempo, e dizia que nenhum grau de superioridade podia garantir a segurança das linhas de comunicações contra ataques isolados de cruzadores inimigos isolados. Nesse sentido, para Corbett “o controle” de áreas delimitadas era mais plausível do que o domínio. Em vista disso e apesar de aceitar a importância do conceito de batalha decisiva de Mahan, Corbett pregava a ênfase no controle das linhas de comunicações marítimas, apontando diversas razões pelas quais a batalha decisiva deveria ser evitada, sendo um delas o alto risco que a derrota representaria para uma nação de relativo poder marítimo (Corbett, 2004).

Por fim, Corbett (2004) indicou que a fundamental importância da estratégia marítima, e principalmente do poder marítimo, estava no controle do mar como meio de viabilização e tradução do poder de certo país, ao passo que nega o controle deste

⁵ General prussiano considerado um dos maiores estrategistas militares e teóricos da guerra no mundo ocidental. Conhecido pela sua obra *Da Guerra (Vom Kriege)* (Britânica, [s. d.]).

para outro. Incorporou ainda um grande acervo teórico à estratégia naval, esta subordinada à estratégia marítima, relativizando algumas verdades do pensamento marítimo em vigor, apresentando novos conceitos como os de comunicações marítimas, sendo este o método de se conquistar o domínio do mar (Corbett, 2004).

Em resumo, para Corbett (2004), embora o domínio do mar fosse um objetivo dificilmente atingível, sendo a sua perpétua disputa a situação mais costumeira, o mesmo se dava por meio do controle das comunicações marítimas, conforme mencionado, o instrumento principal da estratégia marítima. Nesse mesmo contexto, pode-se dizer que a Marinha do Brasil até hoje utiliza os conceitos desenvolvidos por Corbett em sua principal obra, uma vez que é possível identificar algumas de suas características na Estratégia de Defesa Marítima, publicada em dezembro de 2023, a qual discorreremos no tópico a seguir.

2.3 A ESTRATÉGIA DE DEFESA MARÍTIMA DA MARINHA DO BRASIL

O Conceito Estratégico é a essência da Estratégia de Defesa Marítima (EDM). Ele resulta da integração das análises estratégicas dos desafios (reúnem ameaças e oportunidades) e propicia a elaboração das Diretrizes Estratégicas voltadas para o Preparo e Emprego do Poder Naval. Permite, assim, um Dimensionamento dos Meios necessários para atingir os Objetivos Estratégicos (OBE), sobrepujando os desafios identificados. A partir dessas Diretrizes, serão estabelecidos os Objetivos e as Diretrizes de Gestão, que orientarão as ações voltadas à materialização da Força (Brasil, 2023a).

Os OBE são amplos direcionamentos a serem seguidos pela Marinha do Brasil (MB) para o cumprimento da sua Missão. Eles foram elaborados com base no entendimento sobre a efetiva contribuição da Instituição para a sociedade brasileira, resultantes da análise de documentos condicionantes do mais alto nível político estratégico. Dessa forma, os OBE direcionam as ações e tarefas da MB e, em última análise, justificam a sua existência (Brasil, 2023a).

De caráter permanente e intrínseco a cada um deles, os OBE abrangem todos os Campos de Atuação do Poder Naval, sendo eles Defesa Naval, Segurança

Marítima, Diplomacia Naval e Apoio às Ações do Estado. Isto posto, seguem os onze OBE com as suas respectivas descrições:

OBE 1 - Sobrepujar as ameaças estatais aos interesses nacionais nos ambientes marítimo e fluvial

O OBE 1 orienta a MB para as atividades relacionadas à Defesa Naval com foco na garantia dos interesses nacionais. Prioriza tarefas e ações contra as ameaças estatais que se utilizem dos ambientes marítimo e fluvial para se contrapor aos interesses brasileiros (Brasil, 2023a).

OBE 2 - Assegurar a soberania e os direitos de soberania e jurisdição na Amazônia Azul

O OBE 2 refere-se à superação de ameaças de usurpação da Soberania do Estado brasileiro, em seu viés mais amplo, no que diz respeito à segurança marítima e aos recursos vivos e não-vivos da Amazônia Azul (Brasil, 2023a).

OBE 3 - Proteger as Infraestruturas Críticas do Poder Marítimo (ICPM)

O OBE 3 diz respeito, especificamente, à proteção dos ativos do poder marítimo representados, principalmente, pelas instalações portuárias, plataformas e terminais de petróleo e gás e suas estruturas de apoio, buscando garantir o funcionamento normal dessas infraestruturas em momentos de crise e conflito, dada sua essencialidade para o País (Brasil, 2023a).

OBE 4 - Preservar as Linhas de Comunicação Marítimas (LCM) de interesse nacional

O OBE 4 visa garantir o tráfego marítimo vital para o Brasil e abrange a sua proteção, bem como da carga por ele transportada, uma vez que o transporte marítimo responde por 95% das trocas comerciais brasileiras, em volume transportado (Brasil, 2023a).

OBE 5 - Preservar as Linhas de Comunicação Fluviais (LCF) das bacias hidrográficas Amazônica e Platina

O OBE 5 visa garantir a segurança marítima nas vias fluviais nas porções brasileiras das bacias hidrográficas Amazônica e Platina, sendo a MB responsável por

manter as LCF livres de ameaças, nesses ambiente, permitindo a interligação entre as cidades, a livre navegação e a segurança do comércio (Brasil, 2023a).

OBE 6 - Atuar, de forma integrada, contra os delitos transfronteiriços e ambientais, principalmente na Amazônia Azul, nas LCF e na área ribeirinha de interesse.

O OBE 6 prioriza as tarefas voltadas ao Apoio às Ações do Estado desenvolvidas pelos Órgãos de Segurança Pública (OSP) nas regiões apontadas. Concretiza-se por meio de ações isoladas, em coordenação ou em cooperação com outros órgãos do Poder Executivo, responsáveis primários na repressão aos delitos em lide, contribuindo para a segurança interna (Brasil, 2023a).

OBE 7 - Prover a Segurança da Navegação Aquaviária e a Salvaguarda da Vida Humana no Mar

Este OBE se destina a assegurar a salvaguarda da vida humana nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), a segurança da navegação no mar aberto e hidrovias interiores e a prevenção da poluição ambiental por parte de embarcações, plataformas ou suas instalações de apoio (Brasil, 2023a).

OBE 8 - Desenvolver o Setor Estratégico Nuclear de Defesa

Segundo a Estratégia Nacional de Defesa (END), a MB é responsável pelo desenvolvimento da tecnologia nuclear para fins pacíficos, no âmbito da Defesa. Assim, este OBE privilegia os projetos e investimentos para o desenvolvimento e operação do submarino convencionalmente armado com propulsão nuclear (SCPN) e das tecnologias e capacitações nacionais que qualifiquem o País para a utilização da energia nuclear para fins pacíficos (Brasil, 2023a).

OBE 9 - Promover o desenvolvimento do Poder Marítimo

O OBE 9 refere-se às ações da MB voltadas para a promoção da pesquisa e do desenvolvimento no ambiente marinho (Brasil, 2023a).

OBE 10 - Exercer a Diplomacia Naval

O exercício da Diplomacia Naval⁶ está relacionado às ações voltadas para a promoção do Poder Nacional⁷ no exterior, utilizando o Poder Naval como elemento de apoio à Política Externa (Brasil, 2023a).

OBE 11 - Atuar, de forma integrada, na defesa dos interesses do Brasil na Antártica

Este OBE decorre da Política Nacional de Assuntos Antárticos e refere-se às atividades e ações voltadas para o ambiente antártico, nas quais a MB participa direta e decisivamente (Brasil, 2023a).

Inicialmente, é necessário destacar que o Estado Brasileiro estabeleceu, nos documentos de alto nível de defesa, o seu espaço geopolítico prioritário de influência, definido como Entorno Estratégico brasileiro. Ao adotar e aprimorar o referido conceito, a MB prioriza o espaço marítimo desse entorno, atribuindo prioridade ao Atlântico Sul Geopolítico, compreendido pelos seguintes limites: ao norte, o paralelo 16°N; ao sul, o Continente Antártico; a leste, pelo litoral da África Ocidental; e ao oeste, pela América do Sul. O limite 16°N tem o propósito de englobar três importantes áreas: o espaço entre os salientes nordestino e costa ocidental africana, o Mar do Caribe e o litoral brasileiro do Hemisfério Norte (Brasil, 2023a).

Esse espaço marítimo apresenta diversos desafios que devem ser explorados pela MB para projetar, defender e assegurar os interesses nacionais em suas águas jurisdicionais e além dessas. Nessa perspectiva, a MB deverá possuir um Poder Naval capaz de detectar, identificar e neutralizar ou explorar, essencialmente nas águas jurisdicionais brasileiras e demais áreas marítimas do Entorno Estratégico, ações ou movimentos, reais ou potenciais, que sejam definidos como desafios, ou seja, aqueles que dificultem (ameaças) ou favoreçam (oportunidades) o cumprimento dos OBE, definidos nesta Estratégia (Brasil, 2023a).

⁶ A Diplomacia Naval engloba um amplo espectro de atividades como, por exemplo, a participação de meios e pessoal da MB em exercícios multinacionais e visitas oficiais em portos estrangeiros; cooperação técnica; intercâmbios, cursos, simpósios e atividades militares no exterior; atividades dos Adidos Navais; Operações de Paz (Op. Paz); e missões humanitárias (Brasil, 2023b).

⁷ O Poder Nacional é a capacidade que tem a Nação para alcançar e manter os Objetivos Nacionais, consoante a vontade nacional. Manifesta-se em cinco expressões: política, econômica, psicossocial, militar e científico-tecnológica. Os Objetivos Nacionais são aqueles que a Nação visa alcançar, em decorrência da identificação de necessidades, interesses e aspirações, ao longo das fases de sua evolução histórico-cultural (Brasil, 2023b).

As atividades que ocorrem no mar ou que podem ameaçar a salvaguarda da vida humana no mar e o meio ambiente marinho demandam ações do Estado brasileiro para assegurar a soberania e os direitos de soberania e jurisdição do Estado brasileiro, assim como seus interesses e suas obrigações internacionais dos quais é signatário. São desafios que, a priori, ensejam ações voltadas à Segurança Marítima e podem representar perigos à segurança nacional, dependendo da ameaça. Assim, os ilícitos praticados no mar envolvem múltiplos interesses e ocorrem em ambiente multifacetado, no qual a identificação real do desafio e dos atores envolvidos pode ser complexa (Brasil, 2023a).

2.4 CONCLUSÃO PARCIAL

Findo este capítulo, pode-se inferir que Mahan e Corbett foram responsáveis pela construção dos principais conceitos da Estratégia Naval e que, embora estes tenham sofrido alterações, seja por pensamentos resultantes de outros estrategistas, seja por força das evoluções tecnológicas ocorridas nos meios materiais no decorrer dos anos, possibilitaram não só a evolução e o surgimento de novas ideias para a Estratégia Naval bem como a sua integração com a Estratégia Marítima.

Além disso, embora divergissem quanto à metodologia para estabelecer o domínio do mar, quer por meio da batalha decisiva - defendida por Mahan -, quer por meio do controle das linhas de comunicações marítimas - defendida por Corbett -, é incontestável, para ambos os estrategistas, a importância tanto do mar quanto do Poder Naval para o desenvolvimento das nações.

Cabe destacar, também, que a estratégia de cada Estado é elaborada e adequada aos seus objetivos, pautadas em teorias existentes. Isto posto, foi apresentada a EDM da MB, que surgiu fruto das análises estratégicas dos desafios (oportunidades e ameaças) nas AJB e demais áreas marítimas do Entorno Estratégico brasileiro. Diante disso, foram elaboradas Diretrizes Estratégicas capazes de dimensionar os meios necessários para o preparo e emprego do Poder Naval a fim de projetar, defender e assegurar os interesses nacionais, além de identificar ações ou movimentos, reais ou potenciais, que dificultem ou favoreçam o cumprimento dos OBE definidos na EDM.

Passando a tratar especificamente dos Objetivos Estratégicos, pode-se dizer que os OBE 4 e 5, de certa forma, resgatam os conceitos da Estratégia Naval defendido por Corbett, uma vez que dizem respeito à importância do controle e proteção das Linhas de Comunicação Marítimas e Fluviais do nosso território.

Quanto aos OBE 1, 2, 7, 10 e 11, esses estão mais voltados para as políticas de defesa e segurança e interesses nacionais, tanto em águas jurisdicionais como no cenário internacional, demonstrando a necessidade e importância do Brasil em impor a sua presença e força no Entorno Estratégico, a fim de garantir sua soberania nacional bem como os interesses brasileiros no Atlântico Sul.

E por fim, os OBE 3, 6, 8 e 9 estão ligados aos ativos do poder marítimo - correspondente às instalações portuárias, de petróleo e gás -, bem como à livre navegação e segurança do tráfego marítimo.

Desta forma, quando se observa os onze OBE elencados na EDM pode-se dizer que todos estão intrinsecamente ligados não só com a projeção, defesa e segurança dos interesses nacionais mas também com o progresso e a visibilidade do país no Entorno Estratégico, o que, conseqüentemente, contribui diretamente para o crescimento e desenvolvimento da nação.

Encerrada a apresentação das teorias estratégicas segundo Alfred Mahan e Julian Corbett, bem como da EDM da MB, no próximo capítulo será abordado o conceito de Estratégia Marítima e as subestratégias que a integra.

3 A ESTRATÉGIA MARÍTIMA E SUAS SUBESTRATÉGIAS

Neste capítulo serão abordadas a Estratégia Marítima e as subestratégias que a compõe, bem como a necessidade do concurso de outras estratégias para seu adequado desenvolvimento. Outrossim, serão citados exemplos de países que investiram em seu potencial marítimo e se tornaram potências no cenário internacional.

A estratégia marítima precisa de três subestratégias para estar pronta a atingir os objetivos estabelecidos pela política, são elas: a estratégia de riquezas, a estratégia de meios e a estratégia naval (Wedin, 2016).

A estratégia de riquezas tem como função explorar e desenvolver os recursos marítimos e todo seu potencial econômico, levando em consideração as restrições legais e ambientais impostas pelas leis ordinárias. Destacam-se assim as atividades existentes ou potenciais nos domínios dos transportes, construção naval, exploração petrolífera e de minerais, pesca, dentre outras (Naval, 2020).

Na estratégia marítima o conceito de dependência toma uma grande importância devido ao caráter dual dos elementos do poder marítimo, que estão simultaneamente a serviço do mundo marítimo civil e das demais forças terrestres e aéreas. Nesse contexto, a estratégia marítima em suas subdivisões também necessita do concurso de outras estratégias para o seu adequado desenvolvimento. No caso da estratégia de riquezas temos (Naval, 2020):

a) Uma estratégia integral que transforme em prioridade do estado a estratégia marítima;

b) Uma estratégia industrial para construir a infraestrutura essencial de portos e terminais, bem como pessoal qualificado para a exploração das riquezas marinhas;

c) Uma estratégia econômica para facilitar o financiamento das infraestruturas, além de garantir um sistema tributário justo e imparcial para as empresas nacionais voltadas para as atividades marítimas;

d) Uma estratégia moral que crie empatia e conexões fortes entre a população e as lides marítimas; e

e) Uma estratégia diplomática que acompanhe e influencie o desenvolvimento de leis internacionais favoráveis à exploração de recursos marinhos de forma sustentável em consonância com as necessidades nacionais.

Já a estratégia de meios traz à tona a importância dos meios (recursos) na equação estratégica. Sem meios suficientes os métodos estratégicos a serem aplicados serão ineficazes, por conseguinte, não existirá objetivo político concretizado. A estratégia de meios tem por vocação fornecer à estratégia de riquezas e à estratégia naval os meios e capacidades necessárias para suas operações (Wedin, 2016).

Para alimentar a estratégia de riquezas, os meios materiais provêm sobretudo da iniciativa privada, entretanto, para a estratégia naval, é forte a atuação estatal, por se tratar da construção naval de meios militares. Nesse sentido, se faz necessária uma estratégia de meios que forneça à estratégia naval navios, aeronaves e armas em tempo hábil para o emprego, atendendo a demandas tecnológicas e preenchendo lacunas em termos de capacidades militares. Adicionam-se a esse desafio as limitações dos orçamentos austeros, o que comporta um grande dilema para os governos invariavelmente premidos por demandas sociais (Naval, 2020).

Outro aspecto que não pode ser negligenciado na estratégia de meios é a formação e o preparo do pessoal civil e militar para o guarnecimento das variadas plataformas marítimas, especialmente no caso brasileiro onde a MB concentra a formação do pessoal marítimo. Um comandante de uma fragata não leva menos que 20 anos para amadurecer. O mesmo se aplica à marinha mercante com a construção de navios e meios alternativos de propulsão cada vez mais modernos, e um cenário de crescente automação de sistemas, exigindo cada vez mais formação técnica qualificada (Naval, 2020).

Assim sendo, cria-se uma espécie de “ciclo virtuoso marítimo”, uma vez que uma estratégia de meios será robusta somente se uma estratégia de riquezas produzir um resultado econômico favorável para retroalimentá-la com os meios necessários e, da mesma forma, favorecer os projetos estatais. Paralelamente à estratégia de riquezas, a estratégia de meios necessita do concurso de outras estratégias para se expandir, tais como (Naval, 2020):

- a) Uma estratégia integral que arbitre entre as exigências da defesa nacional e a estratégia econômica;
- b) Uma estratégia industrial que entregue uma capacidade endógena e independente para construção dos meios necessários;
- c) Uma estratégia econômica que graças à exploração das riquezas marítimas entregue recursos suficientes; e

d) Uma estratégia moral que angarie as simpatias da sociedade em torno dos projetos marítimos.

Finalmente, a última subestratégia que compõe a estratégia marítima é a estratégia naval. Esta consiste na ciência e arte da manobra das forças aeronavais para que elas concorram ao sucesso da estratégia marítima. Logo, a estratégia naval compreende o poder naval em ação, enquanto componente militar do poder marítimo, de maneira a estar apto a defender os interesses nacionais no ambiente marítimo (Wedin, 2016).

É imperioso destacar que a estratégia naval depende primordialmente do sucesso das outras duas subestratégias: quer da estratégia de meios que vai alimentá-la com os recursos materiais e de pessoal necessários para o seu desenvolvimento. Da mesma forma, conta com a estratégia de riquezas que proverá as divisas financeiras necessárias para o seu fomento, direcionadas por uma política de defesa apropriada. Da mesma forma que nas demais subestratégias, a estratégia naval necessita da participação de outras estratégias para contribuir, em última análise, para o fortalecimento da estratégia marítima como um todo, a saber (Naval, 2020):

a) Uma estratégia integral que entenda a necessidade constante de prover à estratégia naval os meios necessários para a sua missão, por meio da estratégia de meios;

b) Uma estratégia industrial que seja consciente da necessidade de inovar os processos com tecnologia genuinamente nacional;

c) Uma estratégia econômica que fomente e incentive a estratégia de riquezas marítimas, principal fonte de recursos financeiros; e

d) Uma estratégia moral que saiba conscientizar a sociedade acerca das necessidades da defesa nacional.

3.1 ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, CHINA E RÚSSIA - DOMINANDO O MUNDO PELO MAR

Dois terços da superfície “terrestre” estão cobertos pela água dos mares; a maior parte dessas águas internacionais são “livres” e não obedecem a nenhum tipo

de soberania que não seja a do “poder naval” das grandes potências marítimas de cada época e de cada região do mundo. Dois mil anos antes da “Era Comum”, foi o poder naval da Ilha de Creta que conquistou e submeteu o Mar Egeu à civilização cretense, da mesma forma que a marinha fenícia submeteu o Mar Mediterrâneo ao seu império comercial (Nozaki, 2020).

O mesmo aconteceu durante a Antiguidade Clássica, com o poder naval de Atenas e do Império Romano e, mais tarde, com o poder marítimo de Veneza, Gênova sobre as rotas comerciais do mesmo Mar Mediterrâneo, que se transformou no cenário da guerra secular entre o Império Otomano e o Império Habsburgo, que culminou com a Batalha de Lepanto, em 1571. Todavia, todos esses casos e também na expansão marítima chinesa do século 15, não havia uma “autonomia logística” ou separação clara entre as frotas comerciais e os navios de guerra desses povos, impérios e civilizações; igualmente no caso dos navios árabes que dominaram as rotas comerciais do Mar da Índia e do Sul da China, nos séculos 14 e 15 (Nozaki, 2020).

Diante disso, tudo indica que os Estados nacionais europeus foram os primeiros que acabaram desenvolvendo e aperfeiçoando navios preparados para a guerra naval - as famosas “canhoneiras” - que abriram o caminho da dominação eurocêntrica dos mares do mundo, começando com Portugal em 1415, e alcançando seu ápice com a dominação global da marinha dos EUA, depois de 1991, sobre todas as “águas livres” dos cinco oceanos e de todos os mares estratégicos do mundo (Nozaki, 2020).

A existência de uma cultura estratégica norte-americana é evidentemente determinante na configuração de potência contemporânea, pois os Estados Unidos são a potência hegemônica, imperial, que servem de ponto de referência ao conjunto do mundo. E é no verão de 1916, com a célebre lei “*A Navy Second to None*”⁸, que os Estados Unidos dão início uma expansão naval que não parará mais, e com a intervenção ao lado dos aliados no ano seguinte, que marca o início de um engajamento além-mar que as inclinações isolacionistas de uma grande parte da população não conseguirão frear. Os Estados Unidos se tornariam assim uma potência mundial, apesar disso (Duncan, 1962).

⁸ Também conhecida como “*Big Navy Act*”, foi a lei instituída pela presidente Woodrow Wilson que determinou a construção da “incomparavelmente, maior Marinha do mundo”, ao longo de um período de dez anos, com a intenção de tornar a Marinha dos EUA capaz de se defender contra qualquer potência europeia. O projeto de lei pedia a construção de dez navios de guerra de 42.000 toneladas, seis cruzadores de batalha, dez cruzadores de reconhecimento, cinquenta contratorpedeiros e sessenta e sete submarinos (Duncan, 1962).

A Primeira Guerra Mundial, com a sua posterior entrada em 1917, provocou a sua real abertura para o mundo. Neste estágio, o poder econômico dos Estados Unidos tinha se tornado tal grandeza que eles não podiam mais se recusar a substituir a potência britânica declinante. A resposta à recusa veio logo depois da Grande Guerra, com o isolacionismo dos anos 1920. Contudo, foi inevitável envolver-se na Segunda Guerra Mundial. Em 1945, diversos setores da opinião ficaram propensos ao isolacionismo, todavia isto já não era mais plausível para um país que correspondia à metade da riqueza mundial (Duncan, 1962).

Por isso, talvez tenham sido os europeus, e em particular os anglo-saxões, que melhor formularam a tese de que o poder naval era uma condição indispensável para a conquista do “poder internacional” por parte de qualquer Estado que se propusesse a se transformar em grande potência. Sir. Walter Raleigh, que também foi marinheiro, financista e pirata inglês, aglutinou esta ideia em poucas palavras, ao afirmar que, “quem tem o mar...tem o próprio mundo”. Tempos depois, o Almirante Alfred Mahan - conselheiro do presidente Theodore Roosevelt - defenderia a mesma tese ao propor que os Estados Unidos fortalecessem seu poder naval olhando para o Oceano Pacífico, como primeiro passo do projeto de construção de um poder global norte-americano (Nozaki, 2020).

Depois das potências ibéricas, a supremacia do poder naval britânico se impôs em todo o mundo durante os séculos 18 e 19, e só foi superada pelo poder naval norte-americano na segunda metade do século 20. Mesmo assim, foi só depois do fim da Guerra Fria que a marinha dos EUA conseguiu estender seu controle monopólico sobre todas as “águas livres” do mundo. Foi o momento em que a Marinha Americana redefiniu seus próprios objetivos no novo contexto internacional, onde a estratégia mudou seu foco de uma ameaça global para um foco nos desafios e oportunidades regionais. No instante em que desaparece a perspectiva de uma guerra global, aproxima-se um período de enormes incertezas e regiões críticas para os interesses nacionais (Nozaki, 2020).

Atualmente, existem cerca de 60 mil navios mercantes em todo o mundo, e 80% do comércio global ocorre por meio do transporte marítimo. Esses valores tornam-se ainda mais expressivos quando são vistas as relações comerciais apenas entre os países mais ricos do mundo. No entanto, nestes mais de trinta anos depois do fim da Guerra Fria, o panorama do cenário mundial mudou completamente com o deslocamento do centro dinâmico capitalismo para Ásia, e com o aparecimento de

dois novos polos de poder naval - a China e a Rússia - que já disputam com os Estados Unidos não só o controle dos oceanos e mares asiáticos, mas também a região do Ártico, e o próprio Oceano Pacífico (Nozaki, 2020).

Com base nessa nova correlação de forças navais no mundo, dentro da permanente luta das grandes potências pelo poder global e agora, dentro do atual cenário geopolítico, também pelos recursos estratégicos do planeta, é que se deve entender a recente expansão militar das grandes potências. No entanto, esta recente movimentação não ocorreu de uma hora para outra. Ela está inserida numa disputa que vem se acirrando a cada dia que passa, sobretudo entre EUA e China, e entre a Rússia e EUA (Nozaki, 2020).

Não é de hoje que os EUA vêm intensificando seus exercícios de Operações Navais no Atlântico e no Mar do Caribe. Cabe ressaltar suas manobras de cooperação entre navios de guerra e navios cargueiros, com a simulação de transporte de material bélico, sendo este tipo de exercício realizado, pela última vez, no fim da Guerra Fria. Ainda por cima, novos submarinos têm sido somados à IV Frota Naval, e no Mar do Caribe tem havido intensa movimentação, com o monitoramento de embarcações venezuelanas e iranianas (Nozaki, 2020).

A Esquadra Naval americana também tem realizado ensaios em outros cenários, como foi o caso do Oceano Glacial Ártico e do Mar de *Barents*, e também do Mar Báltico, onde inclusive foram utilizados bombardeiros supersônicos com armas nucleares. O mesmo tem acontecido no Mar do Japão e no Mar do Sul da China, cabendo destacar a importância do anúncio americano da instalação de bombas nucleares de “baixa intensidade” nos mísseis *Trident*, utilizados pelos catorze submarinos *USS Tennessee* de sua frota submarina (Nozaki, 2020).

Contudo, essas investidas militares dos EUA, sobre o Pacífico e sobre o Ártico, não tem ficado sem resposta da parte da China e da Rússia. A China definiu como meta estratégica completar a modernização de seu Exército Popular de Libertação Nacional até 2035, mas já faz tempo que o poder naval passou a ocupar lugar central nas preocupações estratégicas chinesas. Nos últimos anos, a *PLA Navy* construiu mais navios de guerra, submarinos, anfíbios e barcos de apoio do que o total da esquadra britânica. E hoje, o poder naval da China já representa uma ameaça real às tropas norte-americanas do Sul do Pacífico, em particular no estreito de Taiwan (Mariano, 2022; Nozaki, 2020).

Em 2013, a China começou a construção de ilhas artificiais, como é o caso das ilhas *Spratly* e *Paracelso*, numa região que, além de ser uma via crucial do comércio marítimo internacional, não só possui grandes reservas de recursos naturais estratégicos, mas também é uma região disputada pela Malásia, Vietnã, Taiwan, Filipinas e Brunei, países que contam com o apoio norte-americano (Mariano, 2022).

A Rússia, por sua vez, tem investido pesadamente nessa corrida armamentista por recursos estratégicos do Círculo Polar Ártico. Com esses propósitos, a Marinha Russa tem modernizado seus navios quebra-gelo pesados, médios e leves, e avança aceleradamente no projeto de construção do quebra-gelo mais potente e pesado do mundo - o *10510 Lider* - junto com a construção de um novo navio nuclear - o *Arkitika* - que deverá operar no perímetro polar (Tsukanov, 2023).

Acrescente-se que a Rússia comissionou seis novos submarinos diesel-elétricos do projeto *636.3 Varshavyanka*, à Frota do Pacífico, e almeja a construção de seis grandes submarinos diesel com mísseis de cruzeiro *Kalibr-PL*. Além disto, a Marinha Russa colocou em operação um novo submarino nuclear na região do Ártico, onde vários países adjacentes também estão reforçando e modernizando suas infraestruturas militares (Tsukanov, 2023).

Em suma, seja no Atlântico, seja no Pacífico, ou no Ártico, ou no Caribe, esta escalada militar envolve uma disputa não só pelo poder como também por recursos naturais estratégicos, onde é possível apontar o petróleo como o principal deles, e que seguirá ainda como a fonte de energia fundamental do sistema econômico e da infraestrutura militar dessas grandes potências, pelo menos durante boa parte do século 21. Isto posto, as rotas de circulação destes recursos estratégicos, e do petróleo, em particular, acabam se tornando, por consequência, objeto de crescente tensão (Nozaki, 2020).

3.2 CONCLUSÃO PARCIAL

A Estratégia Marítima está subdividida em três subestratégias - estratégia de riquezas, estratégia de meios e estratégia naval. A estratégia de riquezas tem a função de maximizar o resultado da estratégia econômica, considerando as restrições legais, ecológicas, entre outras, impostas pelas leis internacionais e nacionais. A estratégia

de meios consiste nos recursos (meios) e capacidades a serviço das estratégias de riqueza e naval. E a estratégia naval é arte de manobrar o poder naval para que ele concorra ao sucesso da Estratégia Marítima, sendo esta encarregada de cumprir os fins da política como um todo.

Além disso, as subestratégias de riqueza, de meios e naval possuem um caráter dual, uma vez que estão simultaneamente a serviço do mundo marítimo civil e das demais forças terrestres e aéreas. Nesse sentido, elas necessitam da sinergia de outras estratégias para que se desenvolvam: uma estratégia integral que transforme em prioridade do estado a estratégia marítima; uma estratégia industrial para construir a infraestrutura adequada e mão de obra qualificada para portos e terminais, bem como exploração das riquezas; uma estratégia moral que crie uma mentalidade marítima na população e uma estratégia diplomática alinhada com o desenvolvimento de leis internacionais favoráveis à exploração de recursos marinhos de forma sustentável em concordância com as necessidades nacionais.

Tendo em vista o restrito espaço deste trabalho, para tratar o tema com a profundidade devida mas, ainda que de forma abrangente, foram abordados países que direcionaram sua atenção para o mar e se tornaram, hoje, potências relevantes no cenário internacional.

Temos os EUA que deram início a uma fase de expansão marítima e passaram a ocupar pontos estratégicos nos oceanos Pacífico e Atlântico. Esse estágio foi inspirado na ideia de que uma grande nação deveria ter um grande poder naval, filosofia esta desenvolvida por Mahan. Depois de 1991, os EUA monopolizaram os mares do mundo, mas hoje, mais de trinta anos depois, esse monopólio está sendo ameaçado pela China e pela Rússia.

Nesse diapasão, as mudanças no cenário geopolítico têm reorientado a China em direção ao mar, mostrando seu interesse na construção do seu poder marítimo. Mais que uma afirmação militar (poder naval), a política externa chinesa tem utilizado os mares para corroborar seu *status* de potência comercial, alinhada com seus princípios da não intervenção, da ascensão pacífica e voltando suas estruturas militares para o desenvolvimento científico. Em resumo, por meio do desenvolvimento tecnológico e da cooperação mútua, a China vem construindo uma agenda diversificada, consolidando seu poder marítimo não só pela modernização militar mas também pela construção de linhas de comunicação marítimas.

Além das questões comerciais e necessidade de posicionamento no cenário mundial, saliente-se ainda que tem se tornado cada vez mais recorrente a disputa por recursos estratégicos. Tal contexto tem demandado uma complexidade crescente nas operações navais, bem como a necessidade de manter um forte poder de dissuasão e projeção marítima. Neste caso, a ascensão naval da Rússia é particularmente notável e serve como exemplo, refletindo um foco estratégico no desenvolvimento de uma marinha capaz de projetar poder e proteger seus interesses comerciais e estratégicos.

Isto posto, no capítulo seguinte, todo o conteúdo até aqui trabalhado será interligado a fim de investigar se o investimento de recursos no Poder Naval - incluindo o reaparelhamento e a manutenção dos meios navais da MB - contribuiria para o fortalecimento da segurança e do desenvolvimento nacional, alinhando a política de defesa com a política externa brasileira e promovendo a presença e influência do país no cenário internacional.

4 ESQUADRAS NÃO SE IMPROVISAM

Neste capítulo, será apresentado o objeto de análise deste estudo. Todo o conteúdo descrito nos capítulos anteriores será devidamente concatenado com o intuito de investigar se o investimento de recursos no Poder Naval - incluindo o reaparelhamento e a manutenção dos meios navais da MB - contribuiria para o fortalecimento da segurança e do desenvolvimento nacional, alinhando a política de defesa com a política externa brasileira e promovendo a presença e influência do país no cenário internacional.

Pelos mares e rios, países foram descobertos, independências foram consolidadas e fronteiras foram fixadas garantindo, até os dias atuais, a integridade de vários territórios. Assim sendo, um Estado continental possui relação indissociável com seus espaços oceânicos e ribeirinhos, seja pela sua origem, seja pelas suas riquezas que, indubitavelmente, serão cada vez mais importantes para o seu progresso (Junior, 2019).

Dos mares são retirados cerca de 95% do petróleo, 80% do gás natural e 45% do pescado produzidos no País. Pelas rotas marítimas são escoadas mais de 95% do comércio exterior brasileiro. No mundo globalizado, cada vez mais dinâmico e conectado em que se vive, é por meio de cabos submarinos que flui o tráfego de dados responsável por quase toda a comunicação com o mundo, incluindo a internet (Junior, 2019).

Até o presente momento, foi verificado que o mar desempenhou um papel de destaque ao longo dos séculos. Como também foi visto, sua importância aumentou ainda mais, na proporção das riquezas ocultas que ele conserva, tais como pesca, produtos biológicos, minerais e recursos estratégicos, gás e petróleo. Além dessas riquezas serem potencialmente ameaçadas por terroristas ou criminosos, é preciso contar, também, com a utilização ilegal do mar: ora por meio do transporte de mercadorias ilícitas (drogas e armas) ou seres humanos (refugiados e escravos), ora por meio da pesca ilegal.

Além disso, em uma época não pertencente ao domínio da paz nem da guerra e, principalmente, em uma era em que existem outras ferramentas disponíveis para demonstrar poder e impor vontades, é provável que um choque entre Estados

modernos não seja verdadeiramente plausível? Por conta disso, não seria necessário investir em um Poder Naval com navios de guerra equipados com armas potentes?

Em primeiro lugar, é difícil afirmar que não haverá uma guerra de grandes proporções. É possível citar diversos exemplos, entre eles: as tensões provocadas pela intervenção da Rússia na Ucrânia; grupos terroristas e outros atores não estatais, como *Hezbollah*⁹, que dispõem de armas muito evoluídas, entre outros.

Sob outro ponto de vista, é no Estreito de Malaca e no Mar do Sul da China onde se concentra hoje a maior disputa naval do mundo. Por aí circulam hoje 64% do comércio marítimo global, e fluem 16 milhões de barris de petróleo por dia. Esta região está sob o controle naval da Esquadra do Pacífico dos Estados Unidos, a principal esquadra naval da marinha norte-americana, e é uma região também disputada por muitos outros países, em particular pela China, que vem concentrando um poder de fogo que cresce a cada ano (Nozaki, 2020).

Aqui, a dualidade das forças navais pressupõe exigências particulares: de um lado, a estratégia conjunta, mais direcionada para as operações contra adversários fortes, demandando navios de guerra de alta tecnologia. Como o custo de tais navios é muito elevado, eles são em pequeno número. Do outro lado, a estratégia de riquezas, que exige um número importante de unidades, mas não necessariamente de armas muito evoluídas.

Isto posto, chega-se ao primeiro “gargalo”: fazer o equilíbrio entre o “*high*” e “*low*” em um “*hi-low mix*” da estratégia de meios. Atrelado a este problema, há um conflito entre as necessidades logísticas e operativas. É preciso conciliar as demandas do setor operativo, que sempre visa dispor de meios suficientes para cumprir suas missões, com as demandas do setor de material, que requer manutenção, reabastecimento e adestramento. Como se não bastasse, há também o corte de recursos, o que, quando somado a esses fatores, resulta na indisponibilidade dos meios (Wedin, 2016).

Outro óbice, e não menos relevante, é que uma Marinha não se constrói no curto prazo. Para criar, produzir e entregar um novo navio de guerra ao setor operativo, é preciso, no mínimo, dez anos. O mesmo acontece com as suas tripulações, levando-se em consideração os tempos de formação, adestramento e experiência; além da

⁹ O *Hezbollah* é uma organização muçulmana xiita com grande influência política e maior poderio armado dentro do Líbano. O grupo foi estabelecido no começo dos anos 1980 pela potência regional xiita mais forte da região, o Irã, com o objetivo de fazer oposição a Israel (Guitarrara, [s. d.]).

alta qualificação exigida para fazer funcionar os diversos sistemas e equipamentos que compõem o navio.

Voltando o olhar para o caso brasileiro, devido à situação socioeconômica, extensão territorial, espaços oceânicos e suas Linhas de Comunicação Marítimas (LCM) de interesse, o Brasil atua na comunidade internacional como ator global. Possuidor de imensos recursos naturais, inclusive no leito e no subsolo marinho sob jurisdição brasileira, e de uma capacidade tecnológica e industrial em processo de avanço, o País tem elevado potencial para ampliar sua projeção internacional, a qual pode propiciar eventuais conflitos de interesses.

Dessa maneira, o dimensionamento da Marinha do Brasil (MB) deve guardar compatibilidade com a importância da sua inserção político-estratégica no cenário internacional, em vista de sua grandeza econômica e influência regional, a qual deve ser igualmente percebida e ratificada pela sociedade. Assim, a MB deve possuir Poder Naval crível, que incorpore múltiplas capacidades operacionais e que seja flexível em sua configuração, de modo que a Força possa ser moderna, aprestada e motivada, com alto grau de independência tecnológica.

A Política Naval estabelece que a MB deve promover e estimular encomendas de construção de meios, com o objetivo de manter um nível adequado de atividade na indústria naval militar brasileira. Isso visa desenvolver a Base Industrial de Defesa (BID) e, assim, incentivar sua sustentabilidade ao longo do tempo, por meio de uma regularidade desejada na demanda por serviços (Brasil, 2019).

Nesse sentido, o Plano Estratégico da Marinha (PEM 2040)¹⁰ apresenta os Programas Estratégicos da Força relativos à obtenção de meios. Um dos principais é o Programa de “Construção do Núcleo do Poder Naval”, que inclui subprogramas voltados para a obtenção de meios. Dentro desse contexto, está inserido o Projeto de obtenção das Fragatas Classe “Tamandaré”, que visa tanto incrementar a capacidade operacional da MB quanto contribuir para o desenvolvimento da BID (Brasil, 2020).

No entanto, ao observar os meios de superfície da MB que compõem a Esquadra brasileira em 2024, em comparação com o ano 2000, constata-se a redução de 50% no seu efetivo. Atualmente, a Esquadra brasileira é composta por apenas 14 navios de superfície, sendo: 1 Navio-Aeródromo Multipropósito, 5 Fragatas Classe

¹⁰ PEM 2040 é um documento de alto nível, complementar à Política Naval, que orienta o planejamento de médio e longo prazos, com foco nos Objetivos Navais, visando atingir metas realistas e com resultados mensuráveis (Brasil, 2020).

“Niterói”, 1 Fragata Classe “Greenhalgh”, 1 Corveta Classe “Inhaúma”, 1 Corveta Classe “Barroso”, 1 Navio-Doca Multipropósito, 1 Navios de Desembarque de Carros de Combate, 1 Navio-Tanque, 1 Navio-Escola e 1 Navio-Veleiro.

No início dos anos 2000, a Esquadra possuía 29 navios em serviço, sendo: 1 Navio-Aeródromo, 6 Fragatas Classe “Niterói”, 4 Fragatas Classe “Greenhalgh”, 4 Corvetas Classe “Inhaúma”, 4 Contratorpedeiros Classe “Pará”, 3 Navios de Transporte de Tropas, 2 Navios de Desembarque Doca, 1 Navio de Desembarque de Carros de Combate, 2 Navios-Tanque, 1 Navio-Escola e 1 Navio-Veleiro (Braga, 2020).

Ao longo desses vinte e quatro anos, a MB enfrentou sucessivas restrições e cortes orçamentários, agravados pelos períodos de crises econômicas que o país vivenciou ao longo desses anos. Essas restrições comprometeram ainda mais a capacidade operacional da Força, seja pela falta de recursos para manutenções e aquisições de sobressalentes, seja pela falta de investimentos na capacidade industrial das Organizações Militares Prestadoras de Serviços Industriais (OMPS-I) e aquisição de novos meios. Esse cenário também evidenciou o declínio da construção naval militar no final do século 20.

A falta de manutenção provoca o desgaste dos equipamentos de bordo e, por conseguinte, o aumento das avarias nos navios, refletindo diretamente na redução da disponibilidade operativa dos meios navais. A idade avançada dos meios representa outro fator que corrobora para a baixa disponibilidade, uma vez que, ao se aproximarem do limite do ciclo de vida, alguns equipamentos mostram-se de difícil manutenção, devido à obsolescência do sistema, tornando-se antieconômico para MB.

A redução de meios da Esquadra brasileira evidencia a perda da capacidade operativa ao longo dos anos, relacionada principalmente com a redução do número de navios-escolta, que são imprescindíveis para o cumprimento das Tarefas Básicas do Poder Naval (TBPN).

O cumprimento das TBPN e das atribuições subsidiárias da MB passa pelo desenvolvimento e pela continuidade dos programas de reaparelhamento da Força. Portanto, a MB enfrenta um grande desafio: conscientizar e convencer as autoridades dos Poderes Executivo e Legislativo Federais sobre a importância de dar continuidade aos programas de obtenção por meio da construção de novos meios navais. Isso é

essencial para minimizar a incidência de intercorrências financeiras que possam atrasar ou até mesmo inviabilizar esses programas a médio e longo prazos.

O aumento do Poder Naval brasileiro, da capacidade da MB em termos de novos navios, está diretamente relacionado com o aumento da Mentalidade Marítima. O orçamento da Marinha é apreciado pelo Congresso Nacional, formado por deputados e senadores votados pelo povo. Logo, se a sociedade brasileira não tiver uma Mentalidade Marítima e não ver a importância de termos uma Marinha forte, os deputados e senadores não vão votar por orçamentos maiores para a Força.

Dessa forma, é fundamental, não apenas para a MB, mas também para todos os envolvidos com o Poder Marítimo Brasileiro, investir na difusão da Mentalidade Marítima. Fortalecer essa Mentalidade Marítima significa motivar a sociedade brasileira no sentido do uso racional das imensas potencialidades do mar, entender o seu significado real e, inclusive, o seu valor transcendental. Para alcançar tal nível e a dinâmica subsequente, é preciso criar um ambiente solidário, equilibrado e voltado para um ideal elevado - o pleno desenvolvimento dos potenciais humanos e naturais da Nação Brasileira (utilização de forma sustentável).

Neste sentido, é necessário conquistar mentes e corações numa atmosfera de paz e justiça, desejosos da mesma esperança e idênticas aspirações. Na sua dimensão motivadora do agir, podemos portanto compreender a Mentalidade Marítima como sendo um ambiente que atrai, une, motiva, estimula o comportamento, tornando os brasileiros capazes de realizar todos os sacrifícios e heroísmos, habilitando-os, por meio da expansão do conhecimento, a conquistar a sua independência financeira pela inteligência, perseverança e, economia.

O Brasil é o país sul-americano com maior extensão litorânea projetada para a África Ocidental, coadunando com o interesse geopolítico brasileiro em projetar sua soberania no Entorno Estratégico (o paralelo 16°N, o Continente Antártico, a América do Sul e o litoral ocidental da África). Outrossim, sua posição estratégica em meio ao Atlântico Sul, com diversas rotas comerciais favoráveis e a presença de diversos recursos minerais, como reservas petrolíferas nas camadas de pré-sal, despertam a cobiça de diversas nações (Brasil, 2023a).

Assim sendo, é de grande importância para que a Instituição possa receber os recursos necessários e manter um Poder Naval compatível com seus interesses

geopolíticos e com o tamanho do Brasil - em especial da Amazônia Azul¹¹ - de modo a superar os desafios que possam surgir nesse vasto espaço marítimo.

O mar é a origem da vida sobre a terra e continua sendo o interesse vital da humanidade. Historicamente, eram as comunicações no mar que apresentavam o principal interesse estratégico. No entanto, hoje, a importância do mar cresce por si só graças aos recursos que ele conserva ocultos.

Segundo estudos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), até 2030 é previsto um crescimento anual de 3,5% para as indústrias globais baseadas nos oceanos - porcentual muito superior ao aumento projetado para o produto bruto mundial no mesmo período, com perspectiva de geração de milhões de empregos relacionados às atividades marítimas (Junior, 2019).

Ainda por cima, a análise das atuais dinâmicas marítimas globais sugere uma volta aos princípios estratégicos de Mahan, uma vez que cerca de 95% do comércio exterior são feitos por rotas marítimas. Além disso, a ascensão de novos atores no cenário geopolítico, sejam eles estatais ou não, evidenciam a necessidade de uma estratégia marítima renovada, focada na manutenção do poder naval como um elemento-chave para a supremacia global (Junior, 2019).

Além das questões comerciais e necessidade de posicionamento no cenário mundial, acrescenta-se que tem se tornado cada vez mais recorrente a disputa por recursos estratégicos. Assim sendo, conforme Mahan previu, os mares continuam sendo uma arena crucial para o exercício do poder e influência no cenário mundial.

Assim sendo, ao se analisar todos os dados contidos neste trabalho, verifica-se a necessidade de dotar o Poder Naval com as devidas capacidades - seja no aparelhamento, reaparelhamento e modernização de meios - utilizando tecnologias modernas e equipamentos eficientes, em quantidade suficiente para o cumprimento das missões recebidas; bem como na capacitação do pessoal para tripular tais meios.

Além disso, é possível que, promovendo a autonomia tecnológica e produtiva na área de defesa, contribuiria para o desenvolvimento da BID e de produtos de uso civil e militar (dual). Isso também, além de gerar empregos e renda, fomentando a

¹¹ Amazônia Azul é a região que compreende a superfície do mar, águas sobrejacentes ao leito do mar, solo e subsolo marinhos contidos na extensão atlântica que se projeta a partir do litoral até o limite exterior da Plataforma Continental brasileira. A área abrange 3,6 milhões de km², extensão comparável à da superfície da floresta amazônica no país. O Brasil pleiteia junto à Organização das Nações Unidas estender sua plataforma continental em 2,1 milhões de km², o que pode fazer a Amazônia Azul chegar a 5,7 milhões de km² (Brasil, 2023).

construção de uma mentalidade marítima na sociedade, favoreceria o desenvolvimento do país, contribuindo, assim, para projeção da sua influência no cenário internacional.

Face ao exposto, no próximo capítulo, será apresentada a conclusão de todos os dados apresentados e debatidos nesta pesquisa.

5 CONCLUSÃO

A importância das rotas marítimas comerciais, a presença de diversos recursos minerais, como reservas petrolíferas nas camadas de pré-sal, despertam a cobiça de diversas nações. Além disso, a reconfiguração do sistema internacional - onde o inimigo outrora claramente definido passa a não ser mais tão facilmente identificável - implica novas questões de segurança e essa alteração muda a capacidade analítica e reativa dos Estados em se adequarem às novas ameaças contemporâneas.

A imposição da soberania em águas jurisdicionais exige uma série de medidas voltadas para o reforço da segurança e da vigilância, com o objetivo de negar o uso indevido do mar e garantir o controle das linhas de comunicação marítimas. Esse princípio, inspirado pelas teorias do poder marítimo de Alfred T. Mahan e Julian Corbett, que destacaram o papel das atividades marítimas na ascensão das grandes potências, norteiam os esforços do Brasil para fortalecer seu Poder Naval e assegurar seus interesses no Atlântico Sul.

Este estudo teve como objetivo investigar se o investimento de recursos no Poder Naval - incluindo o reaparelhamento e a manutenção dos meios navais da MB - contribui para o fortalecimento da segurança e do desenvolvimento nacional, alinhando a política de defesa com a política externa brasileira e promovendo a presença e influência do país no cenário internacional.

Desta forma, baseado nas teorias dos estrategistas Mahan e Corbett, aliado à EDM da MB, a pesquisa demonstrou como o fortalecimento do Poder Naval contribui para a preservação da soberania e a projeção internacional do Brasil no Entorno Estratégico.

A questão de pesquisa abordada foi: “Considerando as teorias de poder marítimo e os desafios geopolíticos do nosso Entorno Estratégico, o fortalecimento do Poder Naval contribui para a segurança e o desenvolvimento do Brasil?”

Para responder a essa questão, a pesquisa realizou uma investigação panorâmica e qualitativa, embasada nas teorias de Mahan e Corbett e nas diretrizes da EDM da MB.

A Introdução abordou o contexto histórico e teórico do poder marítimo; os capítulos de desenvolvimento investigaram a aplicação desses conceitos à realidade brasileira, com foco na Amazônia Azul, nas Linhas de Comunicação Marítimas aliadas

ao conceito de Estratégia Marítima e as subestratégias que a compõem trazendo, também, ainda que de forma ampla, exemplos de países que enxergaram o mar como principal alavanca para o seu crescimento e decidiram aplicar seus recursos para expandir seu Poder Naval tornando-se, hoje, grandes atores no cenário internacional - Estados Unidos da América, China e Rússia -; por fim, esta Conclusão sintetiza os pontos principais, reafirmando a necessidade de um Poder Naval forte e adaptado às especificidades nacionais.

Ao longo do estudo, destacou-se a relevância de um Poder Naval resiliente para garantir a defesa da soberania nacional e o aproveitamento econômico das águas jurisdicionais. Além disso, evidenciou-se que o fortalecimento das capacidades navais permite ao Brasil exercer um papel de liderança regional, protegendo interesses estratégicos e atuando de forma independente no cenário internacional. Assim, conclui-se que a continuidade dos investimentos no setor naval é essencial para a segurança e o progresso do país.

As considerações abordadas são particularmente relevantes porque refletem a importância de um Poder Naval bem estruturado para a defesa e para a projeção de poder do Brasil. Em um mundo onde a competição por recursos naturais e rotas comerciais é intensa, o controle efetivo das áreas marítimas brasileiras é um imperativo estratégico.

Este estudo não esgotou todas as facetas do tema uma vez que abre espaço para futuras pesquisas sobre a integração de novas tecnologias e a modernização dos meios navais, além da Base Industrial de Defesa (BID) e indústria naval de defesa, que também poderiam enriquecer o debate. Além disso, fomenta investigações mais detalhadas acerca do tema à medida que estimula a criação de uma maior mentalidade marítima na sociedade brasileira.

O desenvolvimento futuro da pesquisa poderia incluir uma análise mais detalhada sobre a relação entre o Poder Naval e o setor econômico, especialmente no que tange à exploração sustentável dos recursos marítimos. Estudos comparativos entre marinhas de países com características semelhantes ao Brasil também poderiam oferecer *insights* valiosos.

As implicações deste estudo para a Marinha do Brasil reforçam a importância de consolidar uma Estratégia de Defesa Marítima que não só resguarde a soberania nacional, mas que também contribua para a projeção de influência do Brasil no cenário internacional. O fortalecimento da Marinha e da infraestrutura de apoio industrial é

essencial para a prontidão operacional, garantindo que o Brasil se posicione de forma autônoma e segura no Atlântico Sul e no Entorno Estratégico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRAGA, CC Fábio Carvalho. **A EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO ESTRATÉGICO NAVAL BRASILEIRO NA CONCEPÇÃO DO ALMIRANTE VIDIGAL**: Uma possível composição de meios para Marinha do Brasil. [s. l.], 2020.
- BRASIL, Comando da Marinha. **Estratégia de Defesa da Marinha (EDM)**. [S. l.: s. n.], 2023a.
- BRASIL, Comando da Marinha. **Fundamentos Doutrinários da Marinha (FDM)**. [S. l.: s. n.], 2023b.
- BRASIL, Marinha do. **Glossário Militar-Naval**. [S. l.], 2023. Text. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/agenciadenoticias/glossario-militar-naval>. Acesso em: 11 nov. 2024.
- BRASIL, Comando da Marinha. **Plano Estratégico da Marinha**. [S. l.: s. n.], 2020.
- BRASIL, Comando da Marinha. **Política Naval**. [S. l.: s. n.], 2019.
- BRITÂNICA, Enciclopédia. **Carl von Clausewitz | General prussiano e estrategista militar | Britannica**. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Carl-von-Clausewitz>. Acesso em: 11 nov. 2024 a.
- BRITÂNICA, Enciclopédia. **Henri, barão de Jomini | General francês, historiador, estrategista napoleônico | Britannica**. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Henri-baron-de-Jomini>. Acesso em: 11 nov. 2024 b.
- CORBETT, Julian Stafford. **Principles of maritime strategy**. Mineola, New York: Dover Publications, Inc, 2004. (Dover Military History, Weapons, Armor Series).
- DUNCAN, Francisco. **The Struggle to Build a Great Navy**. [S. l.], 1962. Disponível em: <https://www.usni.org/magazines/proceedings/1962/june/struggle-build-great-navy>. Acesso em: 11 nov. 2024.
- GUITARRARA, Paloma. **Hezbollah: o que é, resumo, origem, objetivos**. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/hezbollah.htm>. Acesso em: 11 nov. 2024.
- JUNIOR, Ilques. **No mar, a riqueza e o futuro das nações**. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://www.amazul.mar.mil.br/dia-nacional-amazonia-azul-2019>. Acesso em: 12 nov. 2024.

MAHAN, Alfred T. **The influence of sea power upon history: 1660-1783.** Cambridge New York: Cambridge University Press, 2010. (Cambridge library collection).

MARIANO, Jhonathan. **A China como potência marítima: interfaces entre ocupação geográfica e desenvolvimento pacífico** » **Revista Inteligência.** [S. l.], 2022. Disponível em: <https://insightinteligencia.com.br/a-china-como-potencia-maritima-interfaces-entre-ocupacao-geografica-e-desenvolvimento-pacifico/>. Acesso em: 11 nov. 2024.

NAVAL, ESCOLA DE GUERRA. **Princípios de Estratégia Marítima: o Poder Marítimo em ação.** [s. l.], 2020. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/egn/sites/www.marinha.mil.br.egn/files/Estrat%C3%A9gia%20-%20Princ%C3%ADpios%20de%20Estrat%C3%A9gia%20Mar%C3%ADtima.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2024.

NOZAKI, José Luís Fiori e William. **A nova disputa pelos mares do mundo. In: OUTRAS PALAVRAS.** 12 jun. 2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerrea/a-nova-disputa-pelos-mares-do-mundo/>. Acesso em: 11 nov. 2024.

TOSTA, Octavio. **Teorias Geopolíticas.** Tosta, Octavio. Teorias Geopolíticas. Biblioteca do Exército, 1996.ed. [S. l.]: Biblioteca do Exército, 1996.

TSUKANOV, Ilya. **Project 636.3 Varshavyanka: Inside Russia's Stealthiest Non-Boomer Sub.** [S. l.], 2023. Disponível em: <https://sputnikglobe.com/20230428/project-6363-varshavyanka-inside-russias-stealthiest-non-boomer-sub-1109917484.html>. Acesso em: 11 nov. 2024.

WEDIN, Lars. **Maritime strategies for the 21st century: the contribution by admiral Castex.** Paris: Nuvis, 2016.